

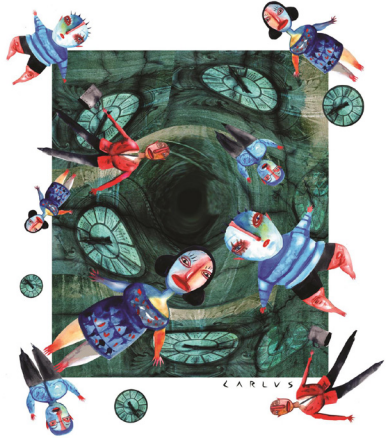
Brasil: o capitalismo extrativo e o grande salto para trás

JAMES PETRAS

Resumo

O Brasil tornou-se um dos principais exportadores extrativistas do mundo, com a entrada maciça de empresas multinacionais e bancos estrangeiros. O artigo discute a situação político-econômica brasileira nos últimos cinquenta anos, visando compreender a “grande reversão” de um país dinâmico, nacionalista e em plena industrialização para uma nação de ímpeto imperialista, vulnerável e dependente da extração agromineral bem como identificar os “pontos de virada” decisivos e a importância da luta política e de classes.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Capitalismo Extrativista; Economia Nacional; Luta Política e de Classes; Brasil.



Brazil: extractive capitalism and the great leap backward

Abstract

Brazil became one of the leading extractive exporters in the world, with the massive entry of multinational corporations and foreign banks. The article discusses the political and economic situation of Brazil in the past 50 years, aiming to understand the “great reversion” from a dynamic nationalist-industrializing country to a vulnerable imperial driven agro-mineral extractive nation as well as identify the decisive “turning points” and the centrality of political and class struggle.

Keywords: Neoliberalism; Extractive Capitalism; National Economy; Political and Class Struggle; Brazil.

JAMES PETRAS

Professor de Sociologia da
Universidade de Binghamton
(Nova York, EUA).
petras@binghamton.edu

ARTIGO ORIGINALMENTE
PUBLICADO EM INGLÊS NO BLOG DO AUTOR
([HTTP://PETRAS.LAHAINA.ORG/?P=1945](http://PETRAS.LAHAINA.ORG/?P=1945)).

1 INTRODUÇÃO

O Brasil testemunhou um dos mais impressionantes reveses do mundo na história moderna: passou de um industrialismo nacionalista dinâmico a uma economia primário-exportadora. Entre meados da década de 1930 e meados dos anos 1980, o país apresentou um crescimento médio de 10% em seu setor manufatureiro, resultado fortemente baseado em políticas estatais intervencionistas, subsídios, proteção e regulação do crescimento de empreendimentos nacionais públicos e privados. Mudanças no “equilíbrio” entre capital nacional e estrangeiro (imperial) começaram a ocorrer depois do golpe militar de 1964, e se aceleraram depois do retorno da política eleitoral em meados da década de 1980.

A eleição de políticos neoliberais, especialmente a de Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, teve um impacto devastador nos setores estratégicos da economia nacional: a privatização atacadista foi acompanhada pela desnacionalização dos setores-chave da economia e a desregulamentação do mercado de capitais (PETRAS; VELTMEYER, 2003). Com o regime de Cardoso preparou-se o caminho para a fuga maciça de capital estrangeiro em direção aos setores financeiro, de seguros, agromineral e imobiliário. Como exigido pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, o aumento dos juros juntamente com a especulação imobiliária aumentaram os custos da produção industrial. Neste âmbito, a diminuição de tarifas executada por Cardoso deu fim aos subsídios industriais e abriu caminho para a importação de bens industrializados. Estas políticas neoliberais levaram ao declínio relativo e absoluto da produção industrial (PETRAS; VELTMEYER, 2003).

Em 2002, a vitória presidencial do autointitulado Partido dos Trabalhadores (PT) aprofundou e expandiu “a grande reversão” promovida por seus predecessores neoliberais. Enquanto o Brasil tornou-se um exportador de *commodities* como soja, gado, ferro e metais, diminuía as exportações de produtos têxteis, de transporte e bens manufaturados (PETRAS, 2005). O país passou a ser um dos exportadores líderes de *commodities* extrativistas no mundo. Sua dependência da exportação de bens primários foi ajudada e compensada pela entrada e penetração maciça de corporações

imperiais multinacionais e pelo fluxo financeiro de bancos estrangeiros. Mercados e bancos estrangeiros se transformaram na força motriz do crescimento extrativista e da derrota da industrialização.

Para melhor compreender a “grande reversão” do Brasil de uma industrialização nacionalista dinâmica a uma vulnerável dependência extrativista agromineral liderada por potências imperiais, é necessário se rever brevemente a política econômica brasileira nos últimos cinquenta anos, a fim de identificar os pontos decisivos e a centralidade da luta política e de classes.

2 MODELO MILITAR: MODERNIZAÇÃO A PARTIR DO TOPO

Sob as ditaduras militares (1964-1984), a política econômica se baseava em uma estratégia híbrida que enfatizava a aliança entre o Estado e os capitais estrangeiro e nacional privado (EVANS, 1979), primeiramente focados em exportações industriais, e, em segundo lugar, em *commodities* agrícolas (especialmente produtos tradicionais como o café).

Os militares descartaram o modelo nacional-populista do presidente deposto, João Goulart, baseado em indústrias estatais e cooperativas de pequenos agricultores, e o substituíram por uma aliança entre capitalistas industriais e o agronegócio. Aproveitando a onda de mercados globais em expansão e se beneficiando da repressão ao trabalho, da constrição de pagamentos e salários, das políticas protecionistas e de subsídios, a economia cresceu em números superiores a 10% desde o fim da década de 1960 até meados dos anos 1970, o que se passou a chamar de “Milagre Brasileiro” (PETRAS, 1973).

Enquanto eliminavam quaisquer ameaças às nacionalizações, os militares instituíram uma série de regras de “conteúdo nacional” para as multinacionais estrangeiras, expandindo a base industrial nacional e aumentando o tamanho e alcance da classe trabalhadora urbana, especialmente na indústria automotiva. Isto levou ao crescimento do sindicato dos metalúrgicos e, mais tarde, ao surgimento do Partido dos Trabalhadores. Todavia, o “modelo exportador” baseado em indústrias leves e pesadas, com produtores estrangeiros e domésticos, era regionalmente concentrado (no

Sudeste do país). A estratégia de modernização militar ampliou as desigualdades e integrou os capitalistas “nacionais” locais às multinacionais estrangeiras. Isto estabeleceu as bases para o início das lutas antitadadura e a volta da democracia. Com o retorno da política eleitoral, partidos neoliberais conquistaram hegemonia.

3 POLÍTICA ELEITORAL, A ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO E O DOMÍNIO DO CAPITALISMO EXTRATIVISTA

De um lado, a oposição eleitoral que sucedeu o regime militar foi inicialmente polarizada entre uma elite liberal, agromineral, adepta do livre mercado, aliada às corporações multinacionais; e, do outro lado, um bloco trabalhista, camponês, rural e de classe média baixa, decidido a promover a propriedade pública, o bem-estar social, a redistribuição dos lucros e a reforma agrária. Os trabalhadores militantes formaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT); agricultores sem terra formaram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e ambos se juntaram à classe média para formar o Partido dos Trabalhadores (PETRAS, 1973, cap. 1). No Brasil, a primeira década de política eleitoral depois da ditadura, de 1984 a 1994, foi marcada pela disputa entre o capitalismo estatista residual herdado do regime militar e a burguesia liberal emergente, defensora do “livre mercado”. Neste contexto, a crise da dívida, a hiperinflação, a corrupção maciça do sistema, o *impeachment* de Fernando Collor e a estagnação econômica enfraqueceram severamente os setores capitalistas estatais e levaram à ascensão de uma aliança entre os capitais agromineral e financeiro, de ambos, capitalistas estrangeiros e locais, ligados ao mercado exterior.

Esta coalizão antiquada encontrou seu líder político e o caminho para o poder com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, antes, um acadêmico de esquerda, agora transformado em fanático do livre mercado. Sua eleição levou ao rompimento decisivo com as políticas nacionais estatistas dos sessenta anos anteriores. As políticas de Cardoso deram um impulso decisivo rumo à desnacionalização e à privatização da economia, elementos essenciais à reconfiguração da economia brasileira e à ascensão do capital extrativista (PETRAS, 1973, cap. 5). De acordo

com praticamente todos os indicadores, as políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso levaram a um enorme e precipitado recuo, à concentração de renda e terras, aumentando a propriedade estrangeira em setores estratégicos. A “reforma” da economia liderada por Cardoso em detrimento do trabalho industrial, da propriedade e de trabalhadores rurais sem terra levou a greves generalizadas e ocupações de terras (PETRAS, 1973, cap. 3, 6).

A “economia extrativista”, especialmente a abertura de lucrativos setores na agricultura, mineração e energia, se estabeleceu em detrimento das forças produtivas: a posição relativa da manufatura, tecnologia e serviços de ponta caiu. Particularmente, os lucros trabalhistas como um todo declinaram na porcentagem do Produto Interno Bruto (PETRAS, 1973, p. 126). Da mesma forma, a taxa de crescimento médio da indústria chegou a míseros 1,4%; o emprego no setor industrial decresceu para 25%, enquanto o desemprego subiu para mais de 18,4% e o “setor informal” cresceu de 52,5% em 1980 para 56,1% em 1995 (PETRAS, 1973, cap. 3). Ademais, a privatização de empreendimentos públicos como a lucrativa gigante das telecomunicações, Telebrás, levou à demissão em massa de trabalhadores e à subcontratação de funcionários a baixo custo e sem benefícios sociais. Sob a administração de Cardoso, o Brasil teve os mais altos índices de desigualdade (segundo o coeficiente de Gini) do mundo.

Cardoso usou subsídios estatais para promover o capital estrangeiro, sobretudo nos setores agrário-exportador e minerador, enquanto médio e pequenos agricultores imploravam por crédito. Seu programa de desregulamentação financeira desencadeou a especulação monetária e lucros maciços para bancos da Wall Street, com taxas de juros elevadas a mais de 50% (PETRAS, 1973, cap. 1, 2). A falência de agricultores provocou a desapropriação das suas terras por capitalistas agroexportadores e a concentração de terras levou a uma virada decisiva quando 7% dos grandes proprietários que possuíam fazendas com mais de 2 mil hectares aumentaram suas áreas de 39,5% para 43% dos terrenos produtivos brasileiros (PETRAS, 1973, cap. 5).

Durante os oito anos de mandato de Fernando Henrique Cardoso, de 1994 a 2002, houve uma avalanche de investimentos

estrangeiros: mais de U\$50 bilhões entraram no país em apenas cinco anos, dez vezes o total dos quinze anos anteriores (PETRAS, 1973, cap. 2). Companhias agrominerais estrangeiras entre as dez maiores do mundo em 1997 representavam mais de um terço, e continuavam a crescer. Entre 1996 e 1998, as multinacionais estrangeiras adquiriram oito das maiores firmas alimentícias, mineradoras e metalúrgicas brasileiras (PETRAS, 1973, tabela A.6). As políticas neoliberais de Cardoso escancararam as portas para a tomada de setores críticos da indústria e dos bancos pelo capital estrangeiro. No entanto, foram os presidentes seguintes, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que completaram o Grande Recuo da indústria brasileira, ao determinarem o capital extrativista como força motriz da economia.

4 DO NEOLIBERALISMO AO CAPITAL EXTRATIVISTA

Durante o mandato de Lula, as privatizações de Cardoso foram mantidas e aprofundadas. A ultrajante privatização da companhia mineradora Vale do Rio Doce por apenas uma fração do seu valor, conduzida por FHC, foi defendida por Lula; o mesmo com a privatização de fato da Petrobrás, também levada a cabo por Cardoso. Lula abraçou as restritivas políticas monetárias, acordos de superávit com o FMI, e seguiu as determinações orçamentárias dos diretores da entidade (PETRAS, 1973, cap. 1). O mandato de Lula tomou as políticas neoliberais de FHC como um guia para a reconfiguração da economia brasileira em benefício dos capitais nacional e estrangeiro, dedicados, agora, ao setor de exportação de matéria-prima. Em 2005, o Brasil exportou U\$55,3 bilhões em matéria-prima e U\$44,2 bilhões em bens manufaturados; em 2011, triplicou sua exportação de matéria-prima, alcançando U\$162,2 bilhões, enquanto suas exportações industrializadas subiram para meros U\$ 60,3 bilhões.¹ Em outras palavras, a diferença entre as exportações de produtos industrializados e de matérias-primas cresceu de U\$13 bilhões para mais de U\$100 bilhões nos cinco últimos anos do governo Lula. Como observado, a relativa

1 *Brazil Exports by Product Section (USD)* < <http://www.indexmundi.com/trade/exports/?country=br> >. Acessado em janeiro de 2014.

desindustrialização da economia e o crescente desequilíbrio entre o extrativismo dominante e o setor manufatureiro ilustram a reversão do Brasil a seu “estilo de desenvolvimento colonial”.

5 O CAPITALISMO AGROMINERADOR, O ESTADO E O SETOR EXPORTADOR

O capitalismo agrominerador, o Estado e o setor exportador brasileiro se beneficiaram enormemente do aumento no preço das *commodities*. Neste prisma, o grande beneficiário foi o setor primário agromineral; porém, o custo para a indústria, o transporte público, as condições de vida, a pesquisa e o desenvolvimento, e a educação foi enorme. As exportações agrominerais garantiram grandes rendimentos para o Estado, mas também usufruíram de enormes subsídios, benefícios fiscais e lucros.

Por causa do aumento de cerca de 40% no valor da sua moeda, o real, entre 2010 e 2012, a economia industrial brasileira foi negativamente afetada pelo *boom* das *commodities*, que elevaram o preço dos bens industrializados estrangeiros e diminuíram a competitividade de produtos industrializados (KINGSTONE, 2012). As políticas do “livre mercado” também facilitaram a entrada de bens industrializados de baixos preços vindos da Ásia, especialmente da China. Enquanto as exportações de matérias-primas brasileiras para a China aumentaram, seu setor manufatureiro, particularmente o de bens de consumo como produtos têxteis e calçados, declinou em mais de 10% entre os anos de 2005 e 2010 (KINGSTONE, 2012).

Sob os governos de Lula e Rousseff, a extrema dependência de um número limitado de *commodities* levou a uma acentuada queda nas forças produtivas, mensurada pelos investimentos em inovações tecnológicas, especialmente aquelas relacionadas às indústrias (KINGSTONE, 2012). Além disto, o Brasil se tornou mais dependente do que nunca de apenas um mercado. De 2000 a 2010, as importações de soja – o maior produto agrícola em exportação – representaram 40% das exportações brasileiras; as importações chinesas de ferro – a principal exportação mineral – constituíram mais de um terço das exportações do setor. A China também importa cerca de 10% do petróleo, carne, celulose e papel

brasileiros (KINGSTONE, 2012). Ao longo dos governos de Lula e Rousseff, o Brasil se transformou em uma economia quase monocultora, dependente de um número muito limitado de mercados. Como resultado disso, a desaceleração da economia da China levou a um previsível declínio no crescimento brasileiro para menos de 2% entre 2011 e 2013.²

6 BRASIL: PARAÍSO ECONÔMICO DO CAPITAL FINANCEIRO

No governo do Partido dos Trabalhadores, as políticas de livre mercado e o capital financeiro inundaram o país como jamais ocorrera. Como mostram os números, o investimento estrangeiro direto deu um salto de U\$16 bilhões em 2002, durante o último ano do governo FHC, para U\$48 bilhões no último ano do governo Lula (VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE, 2012). A carteira de investimentos – o modelo mais especulativo – passou de U\$5 bilhões negativos em 2002 para U\$67 bilhões em 2010. No período de 2007 a 2011, a captação líquida de investimentos estrangeiros diretos (IED) e as carteiras de investimentos totalizaram U\$400 bilhões, em comparação a U\$79 bilhões durante os cinco anos anteriores (VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE, 2012). Ademais, as carteiras de investimento em títulos de juros altos deram retornos entre 8 e 15%, taxas três e quatro vezes superiores às da Europa e da América do Norte. Lula e Dilma são os garotos-propaganda da Wall Street.

De acordo com os mais importantes indicadores econômicos, as políticas dos governos Lula e Dilma têm sido as mais lucrativas para o capital financeiro internacional e para os investidores dos setores agrominerais do Brasil nos últimos tempos.

7 O MODELO AGROMINERAL E O MEIO AMBIENTE

A despeito da sua retórica política em favor da agricultura familiar, os governos Lula e Dilma têm estado entre os maiores promotores do agronegócio na história política recente do Brasil, com

2 FINANCIAL TIMES, 1º de julho de 2013.

a maior parte dos recursos do Estado direcionados à agricultura, financiamento do agronegócio e grandes proprietários de terra. De acordo com um estudo, no biênio 2008-2009, pequenos proprietários receberam U\$6,35 bilhões, enquanto o agronegócio e grandes proprietários receberam U\$31,9 bilhões em crédito e financiamento.³ Menos de 4% dos recursos e pesquisas do governo foram voltados para a agricultura familiar e fazendas agroecológicas.

No governo Lula, a destruição de florestas tropicais ocorreu de maneira acelerada. Entre 2002 e 2008, a vegetação da região do cerrado teve uma redução de 7,5% em seus 8,5 milhões de hectares, principalmente por causa de corporações do agronegócio (VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE, 2012). O cerrado brasileiro é uma das regiões de savana mais ricas do mundo biologicamente, concentrada no Centro-Oeste do país. Conforme estudo, 69% de todas as terras do cerrado brasileiro pertencem a corporações estrangeiras (FERNANDES; CLEMENTS, 2013). Entre 1995 e 2005, a parcela do capital estrangeiro no setor agroindustrial de grãos saltou de 16% para 57%. O capital estrangeiro capitalizou com as políticas neoliberais de FHC, Lula e Dilma, ao se deslocar para o setor de agrocombustíveis (etanol), chegando a controlar 22% das companhias brasileiras de açúcar e etanol (FERNANDES; CLEMENTS, 2013), e rapidamente se embrenhou pela floresta amazônica.

Entre maio de 2000 e agosto de 2005, graças à expansão do setor de exportação, o Brasil perdeu 132 mil quilômetros quadrados de floresta, por causa da ampliação de grandes propriedades e multinacionais envolvidas com a criação de gado, soja e a silvicultura (FERNANDES; CLEMENTS, 2013). Entre 2003 e 2012, mais de 137 mil quilômetros quadrados foram desmatados por investimentos governamentais multibilionários em infraestrutura, incentivos fiscais e subsídios. Em 2008, os danos à floresta tropical amazônica chegaram a 67%. Sob pressão das populações indígenas, camponeses e trabalhadores rurais sem terra, além de movimentos ecológicos, o governo tomou medidas para diminuir o desmatamento, que caiu de um volume de 27.772 quilômetros quadrados

3 Disponível em < http://rainforests.mongabay.com/amazon_destruction >

em 2004 (perdendo apenas para o nível de desmatamento durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi de 29.059 quilômetros quadrados) para 4.656 quilômetros quadrados em 2012 (FERNANDES; CLEMENTS, 2013). A pecuária extensiva é a principal causa do desmatamento da Amazônia brasileira. Estimativas atribuem 40% deste desmatamento a corporações processadoras de carne multinacionais e grandes capitalistas (FERNANDES; CLEMENTS, 2013).

Os maiores investimentos dos governos Lula e Dilma, sobretudo em estradas, abriram o caminho das empresas de criação de gado para áreas até então inacessíveis de florestas. Durante estes governos, a agricultura comercial, em especial de soja, tornou-se a maior contribuidora para o desmatamento da Amazônia. Juntamente com a degradação do meio ambiente natural, a expansão do agronegócio também foi acompanhada pela desapropriação, o assassinato e a escravização dos povos indígenas. Conforme denúncias da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2004, segundo ano de Lula no governo, a violência dos proprietários de terras alcançou seu nível mais alto em vinte anos. Os conflitos subiram de 925 em 2002 para 1.690 em 2003 e, finalmente, 1.801 em 2004 (RAMBLA, 2013). De acordo com o governo, as corporações de gado e soja exploram, pelo menos, 25 mil brasileiros (na maioria, índios e camponeses sem posses), em “condições similares à escravidão”. Como algumas ONGs afirmam, os números reais podem ser dez vezes maiores do que este. Em 2005, mais de 183 fazendas foram inspecionadas, libertando 4.133 escravos (RAMBLA, 2013).

8 MINERAÇÃO: A FRAUDE DA PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE (VALE), HOJE, A MAIOR POLUIDORA DO MUNDO

Aproximadamente 25% das exportações brasileiras são compostas de produtos minerais – destacando a crescente importância do capital extrativista na economia. O minério de ferro é de maior importância, e corresponde a 78% do total das exportações minerais. Em 2008, este minério representou U\$16,5 bilhões dos U\$22,5

bilhões dos ganhos totais da indústria.⁴ Contudo, a grande maioria das exportações de ferro é dependente de um único mercado, a China. Com a desaceleração do crescimento chinês, a demanda diminui e a vulnerabilidade econômica do Brasil aumenta.

Uma única empresa, a Vale do Rio Doce, privatizada mediante fusões e aquisições durante o governo de FHC, controla quase 100% das minas de ferro produtivas do país.⁵ Em 1997, a Companhia foi vendida pelo governo neoliberal por U\$3,14 bilhões, uma minúscula fração do seu valor. Durante a década seguinte, a empresa concentrou seus investimentos em mineração, estabelecendo uma rede global de minas em mais de uma dúzia de países nas Américas do Norte e do Sul, Austrália, África e Ásia. Os governos Lula e Dilma desempenharam um grande papel na facilitação do domínio da Vale no setor de mineração e no crescimento exponencial do seu valor: atualmente, este valor é de mais de U\$ 100 bilhões. Mesmo assim, ela paga alguns dos impostos mais baixos do mundo, a despeito de ser a segunda maior companhia mineradora do planeta, a maior produtora de ferro e a segunda maior produtora de níquel. Em 2013, os *royalties* máximos sobre as riquezas minerais passaram de 2 para 4%.⁶ Em outras palavras, durante os governos “progressistas” de Lula e Dilma, os impostos representaram um sexto daqueles praticados na Austrália, que mantinha uma média de 12%.

A Vale tem usado seus enormes lucros para diversificar suas operações de mineração e atividades relacionadas. Ela vendeu seus negócios de aço e celulose por U\$2,9 bilhões – quase o mesmo preço pago por toda a empresa. Ao invés destes negócios, a Vale se concentrou em comprar as minas de ferro dos seus competidores, literalmente monopolizando a produção. E, ainda: expandiu e

4 Dados disponíveis em *Brazil Mining*, < <http://www.e-mj.com/index.php/reatures/850-Brazil-,mining> >. Acesso em: 05 jul. 2013.

5 Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/vale_miningcompany>. Acesso em: 05 jul. 2013.

6 THE ECONOMIST, 2 de junho de 2013.

passou a trabalhar com manganês, níquel, cobre, carvão, potassa,⁷ caulim (argila branca) e bauxita; comprou ferrovias, portos, terminais de contêineres, navios e pelo menos oito plantas hidrelétricas (dois terços das quais foram construídas durante o governo Lula).⁸ Em suma, o capitalismo monopolista floresceu ao longo do governo de Lula, com lucros recordes no setor extrativista, danos extremos ao meio ambiente e desalojamento maciço de povos indígenas e pequenos produtores.

Como evidenciado, a experiência mineradora da Vale salienta as poderosas continuidades estruturais entre os regimes neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Lula: o primeiro, privatizou a Vale a preço de queima de estoque; o segundo, promoveu a Vale como o monopólio dominante na produção e extração de ferro, ignorando completamente a concentração de riquezas, os lucros e os poderes do capital extrativista.

Em comparação com o crescimento geométrico dos lucros do monopólio para o setor extrativista, os míseros U\$2 dólares em subsídios diários proporcionados por Lula e Dilma para reduzir a pobreza dificilmente garantem que seus regimes sejam denominados “progressistas” ou “centro-esquerdistas”.

Enquanto Lula e Dilma estavam extasiados com o crescimento da “campeã brasileira da mineração”, outros, nem tanto. Em 2002, Public Eye, um importante grupo de defesa dos direitos humanos e meio ambiente, “premiou” a Vale como uma das piores corporações do mundo: “A companhia Vale é a que age com o maior desrespeito pelo meio ambiente e os direitos humanos no mundo”.⁹ Segundo os críticos referiram, a construção da barragem de Belo Monte, no meio da floresta amazônica, pela Vale exerceu “consequências devastadoras para a biodiversidade única e as tribos indígenas da região”.¹⁰

7 Nota do Tradutor: Trata-se de um tipo de fertilizante.

8 Disponível em < http://en.wikipedia.org/wiki/vale_miningcompany >. Acesso em: 05 jul. 2013.

9 GUARDIAN, 27 de janeiro de 2012.

10 Idem.

Inegavelmente, o setor minerador tem capital intensivo, gera poucos empregos e acrescenta pouco valor às suas exportações. Ele polui água, terra e ar, afeta negativamente as comunidades locais, desaloja comunidades indígenas e cria uma economia instável.

Com a forte desaceleração da economia chinesa, especialmente do seu setor manufatureiro, de 2012 a 2014, os preços do cobre e do ferro caíram. Os rendimentos brasileiros com exportação despencaram, comprometendo seu crescimento geral. Particularmente importante é o fato de que o direcionamento de recursos para infraestruturas dos setores agrominerais resultou na redução de fundos para hospitais, escolas e transporte urbano, que estão sobrecarregados e oferecem péssimo serviço a milhões de trabalhadores urbanos.

9 O FIM DO “MEGACICLO” EXTRATIVISTA E A ECLOSÃO DE PROTESTOS DE MASSA

Em 2012-2013, o modelo extrativista brasileiro entrou em um período de declínio e estagnação, quando a demanda do mercado mundial – especialmente o asiático – caiu, particularmente no caso da China.¹¹ Então, o crescimento ficou em cerca de 2%, mal se equiparando ao crescimento populacional. O modelo de crescimento baseado em classes, sobretudo o pequeno estrato de investidores em títulos estrangeiros, monopólio da mineração e corporações do agronegócio, que controla e que arrecadou grande parte dos lucros e benefícios, limitou os “efeitos de redistribuição” promovidos pelos governos de Lula e Dilma Rousseff como sua “transformação social”.

Enquanto alguns modelos inovadores foram iniciados, a sequência e qualidade dos serviços se deteriorou. Leitos para internação de pacientes em hospitais diminuíram de 3,3 camas para cada 1.000 pacientes em 1993, para 1,9 em 2009, o segundo menor nível, de acordo com a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).¹² Da mesma forma, as

11 FINANCIAL TIMES, 13 de julho de 2013.

12 Idem.

admissões em hospitais públicos caíram, e longas filas de espera e baixa qualidade do serviço são endêmicas. Os gastos federais com o sistema de saúde decresceram desde 2003, quando foram ajustados pela inflação, consoante o estudo da OCDE. Na saúde o investimento público é baixo: 41%, comparados aos 82% de investimento do Reino Unido e 45,5% dos Estados Unidos.¹³ A polarização de classes inerente ao modelo extrativo agromineral se estende aos gastos do governo, tarifas, transporte e infraestrutura: financiamento maciço para estradas, barragens e hidrelétricas para o capital extrativo, em oposição a transporte público inadequado e investimentos cada vez menores em saúde pública e transporte. Cabe ressaltar: as raízes mais profundas dos protestos populares de 2013 se localizam na política de classes de um Estado corporativo. Nas duas últimas décadas, os governos de FHC, Lula e Dilma perseguiram objetivos elitistas e conservadores, protegidos por políticas paternalistas e clientelistas, que neutralizaram a oposição das massas por um longo período de tempo, antes que as rebeliões e os protestos da população desmascarassem a fachada “progressista”.

Os apologistas da esquerda e críticos conservadores que defendiam Lula como um “progressista pragmático” negligenciaram o fato de que, durante seu primeiro mandato, o apoio estatal à elite do agronegócio foi sete vezes maior do que a oferecida a pequenos agricultores, os quais representavam quase 90% da força de trabalho rural e produzem a maior parte do alimento para consumo local. No segundo mandato de Lula, durante a colheita de 2008-2009, o apoio do Ministério da Agricultura para o agronegócio foi seis vezes maior do que os fundos alocados para seu programa de redução da pobreza, o altamente divulgado programa “Bolsa Família” (PETRAS, 1973).

Contudo, a ortodoxia econômica e a demagogia política não substituem mudanças estruturais substantivas que envolvem uma compreensiva reforma agrária que abranja 4 milhões de trabalhadores rurais sem terra e a reestatização de empreendimentos extrativos estratégicos como a Vale, de modo a financiar a agricultura

13 Idem.

sustentável e preservar a floresta tropical. Ao invés disso, Lula e Dilma mergulharam de cabeça no *boom* do etanol: “açúcar, açúcar em tudo”, mas nunca se perguntando “Quais os bolsos que se enchem com isto?”. A crescente rigidez estrutural brasileira e sua transformação em uma economia capitalista extrativista se intensificaram e ampliaram o alcance da corrupção.

Neste âmbito, a competição por contratos de mineração, concessão de terras e enormes projetos de infraestrutura encorajam as elites do negócio da agromineração a pagar o “partido no poder” para garantir vantagens competitivas. Este foi o caso, particularmente, do Partido dos Trabalhadores, cujas lideranças executiva e do partido (desprovida de trabalhadores) era composta de profissionais em ascensão, aspirando a posições de elite, que viam o suborno como seu “capital inicial”, uma espécie de “acúmulo inicial através da corrupção”.

O *boom* das *commodities*, que durou quase uma década, encobriu as contradições de classe e a extrema vulnerabilidade de uma economia extrativista dependente da exportação de bens primários para mercados limitados. As políticas neoliberais, adaptadas para dar continuidade à exportação de *commodities*, levaram ao influxo de bens manufaturados e enfraqueceram a posição do setor industrial. Como resultado, os esforços de Dilma Rousseff para reviver a economia produtiva de modo a compensar o declínio dos lucros com *commodities* não funcionaram: estagflação, excedentes orçamentários decadentes e enfraquecimento da balança comercial atormentaram sua administração, exatamente quando a massa de trabalhadores e a classe média exigem uma realocação de recursos em larga escala, com a transferência de recursos dos subsídios dados ao setor privado para investimentos em serviços públicos.

Neste prisma, as fortunas políticas de Dilma e seu mentor, Lula, foram inteiramente construídas sobre as frágeis bases do modelo extrativista. Eles foram incapazes de reconhecer os limites do seu modelo, e muito menos de formular uma estratégia alternativa. Propostas improvisadas, reformas políticas, retórica anticorrupção em face dos protestos de milhões de cidadãos que se espalhavam pelo país, nas grandes e pequenas cidades, não resolvem

o problema básico da concentração de riqueza, propriedade e o poder de classe da elite agromineral e financeira. Suas aliadas multinacionais controlam as alavancas do poder político com e sem corrupção, e bloqueiam qualquer reforma significativa.

Mas a era do “Populismo da Wall Street” de Lula chegou ao fim. A ideia segundo a qual os lucros das indústrias extrativistas podem comprar lealdades populares mediante consumismo, alimentado por crédito fácil, passou. Investidores da Wall Street já não elogiam mais os BRICS como um novo mercado dinâmico. Como era de se prever, eles estão direcionando seus investimentos para atividades mais lucrativas em novas regiões. Enquanto a carteira de investimentos cai e a economia estagna, o capital extrativista intensifica seu passo em direção à Amazônia e, com isto, intensifica também seu custo sobre a população indígena e a floresta tropical.

Um dos piores anos para os povos indígenas foi 2012. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), afiliado à Igreja Católica, o número de incidentes violentos contra as comunidades indígenas aumentou 237%.¹⁴ O governo de Dilma Rousseff deu aos índios o menor número de homologações de terreno em comparação a qualquer outro presidente desde o retorno da democracia (foram apenas sete títulos homologados). Neste ritmo, o Estado brasileiro levará um século para garantir os títulos de terrenos requeridos pelas comunidades nativas. Ao mesmo tempo, em 2012, 62 territórios indígenas foram invadidos por proprietários de terras, mineradores e madeireiros, 47% mais que em 2011.¹⁵

Como evidenciado, o maior ameaça de desapropriação vem dos gigantescos projetos de barragens em Belo Monte e os projetos de uma enorme hidrelétrica que estão sendo promovidos pelo governo Dilma. Enquanto a economia agromineral vacila, as comunidades indígenas vão sendo sufocadas (“genocídio silencioso”) para intensificar o crescimento das empresas agrominerais. Os maiores beneficiários da economia extrativista brasileira são os grandes

14 FINANCIAL TIMES, 13 de julho de 2013.

15 Idem.

comerciantes mundiais de *commodities* que, no mundo todo, embolsaram U\$250 bilhões no período de 2003 a 2013, superando os lucros das maiores empresas da Wall Street e cinco das maiores companhias automotivas. Em meados dos anos 2000, alguns comerciantes desfrutaram retornos de 50 a 60%. Mesmo em 2013, eles ainda estavam lucrando uma média de 20 a 30%.¹⁶ Especuladores de *commodities* ganharam dez vezes mais do que o que foi gasto com os pobres. Estes especuladores lucram com flutuações de preços entre locações, com oportunidades de arbitragem oferecidas por uma abundância de preços discrepantes entre regiões. Neste contexto, os comerciantes monopolistas eliminaram os competidores, e os baixos impostos (entre 5 e 15%) ajudaram a aumentar suas enormes riquezas. Hoje, os grandes beneficiários do modelo extrativista de Lula e Dilma, superando inclusive os gigantes agromineradores, são os vinte maiores especuladores de *commodities*.

10 CAPITAL EXTRATIVISTA, COLONIALISMO INTERNO E O DECLÍNIO DA LUTA DE CLASSES

A luta de classes, sobretudo sua expressão por meio de greves lideradas pelos sindicatos e por trabalhadores rurais em acampamentos que promovem ocupações de terrenos, caiu vertiginosamente no último quarto de século. Durante o período seguinte à ditadura militar (1989), o Brasil foi o líder mundial em greves, com 4 mil verificadas em 1989.

Com o retorno da política eleitoral e a incorporação e legalização de sindicatos, especialmente na organização de barganha coletiva tripartite, as greves diminuíram para uma média de 500 durante os anos 1990. Com o exercício do governo Lula (2003-2010), as greves caíram ainda mais, para 300-400 ao ano (ZIBECHI, 2013). Os aliados do governo Lula, os dois maiores sindicatos – a CUT e a Força Sindical – se tornaram adjuntos virtuais do Ministério do Trabalho: sindicalistas garantiram posições no governo e as organizações receberam mais subsídios governamentais, declaradamente a

16 FINANCIAL TIMES, 15 de abril de 2013.

serem investidos em treinamento para “emprego” e na educação de trabalhadores.

Com o *boom* das *commodities* e o aumento na receita do Estado e dos ganhos com a exportação, os governos formularam uma estratégia de redistribuição, aumentando o salário mínimo e lançando novos programas antipobreza. No interior do país, o MST continuou a exigir uma reforma agrária e se envolveu em ocupações de terras, mas sua posição de apoiar criticamente o Partido dos Trabalhadores em troca de subsídios sociais levou a um forte declínio no número de acampamentos, a partir dos quais as ocupações se iniciavam.

No começo do governo Lula, em 2003, o MST tinha 285 acampamentos; em 2012, eram apenas treze (ZIBECHI, 2013). O declínio na luta de classes e a cooptação dos movimentos de massa estabelecidos coincidiram com a intensificação da exploração pelo capitalismo extrativista no interior do país e a violenta desapropriação das comunidades indígenas. Em outras palavras, a crescente exploração do “interior” pelo capital agromineral facilitou a concentração de riquezas nos grandes centros urbanos e nas áreas rurais instituídas, levando à cooptação de sindicatos e movimentos rurais. Assim, a despeito de algumas declarações e protestos simbólicos, o capital agromineral encontrou uma solidariedade pouco organizada entre o trabalho urbano, os índios desapropriados e os trabalhadores rurais escravizados na Amazônia “liberada”.

Lula e Dilma desempenharam um papel-chave na neutralização de qualquer frente nacional unida contra as depredações causadas pelo capital agromineral. A deterioração das maiores confederações trabalhistas é visível não apenas em sua presença no governo e em sua ausência nas greves, mas também na organização dos encontros anuais dos trabalhadores no dia 1º de maio. Conforme observamos, os eventos recentes não incluíram nenhum conteúdo político. Há espetáculos musicais, apimentados por sorteios de loteria oferecendo automóveis e outras formas de entretenimento consumista, financiados e apoiados pelos maiores bancos privados e companhias multinacionais (ZIBECHI, 2013). Na verdade, esta relação entre cidade e Amazônia se parece muito com uma espécie de colonialismo interno, no qual o capital comprou uma

aristocracia trabalhadora e a transformou em um cúmplice, seu aliado na pilhagem das comunidades do interior.

11 MOVIMENTOS DE MASSA: O MODELO EXTRATIVISTA EM ESTADO DE SÍTIO

Se a CUT e a Força Sindical estão cooptadas, o MST enfraquecido e as classes mais baixas receberam aumentos salariais, como e por que movimentos de massa sem precedentes eclodiram em cerca de 100 grandes e pequenas cidades através do país? O contraste entre os novos movimentos de massa e os sindicatos ficou evidente em sua capacidade de mobilizar apoio durante os dias de protesto em junho e julho de 2013: os primeiros mobilizaram 2 milhões de pessoas; os segundos, 100 mil.

O que precisa ser esclarecido é a diferença entre os pequenos grupos locais e de estudantes (Movimento Passe Livre – MPL), que detonaram os movimentos de massa por causa do aumento nos preços das passagens de ônibus e os gastos faraônicos do Estado com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016; e os movimentos de massa espontâneos que questionaram as políticas monetárias e as prioridades do Estado em sua totalidade.

Muitos apologistas dos governos Lula e Dilma aceitam sem questionamentos as determinações orçamentárias destinadas a projetos sociais e de infraestrutura, quando, na verdade, apenas uma fração é realmente gasta com estes projetos, já que muito é desviado pela corrupção. Por exemplo, entre 2008 e 2012, R\$ 6,5 bilhões foram destinados ao transporte público nas principais cidades, contudo, apenas 17% atingiram sua destinação.¹⁷

De acordo com a ONG Contas Abertas, em um período de cerca de dez anos, o Brasil gastou mais de R\$160 bilhões em obras públicas inconclusas ou que nunca saíram do papel ou, ainda, foram desviados por políticos e assessores corruptos. Um dos casos mais significativos de corrupção e má gestão é a construção de um trecho de 13 quilômetros do metrô de Salvador, com a previsão de estar finalizado em quarenta meses, ao custo de R\$307

17 VEJA. Ano 46, nº 29, 17 de julho de 2013.

milhões. Treze anos depois (2000-2013), os gastos aumentaram em quase R\$1 bilhão de reais e mal foram concluídos 6 quilômetros. Seis locomotivas e 24 vagões comprados por R\$ 100 milhões estão quebrados e a garantia dos fabricantes expirou.¹⁸ O projeto está paralisado por denúncias de superfaturamento e corrupção envolvendo membros dos governos municipal, estadual e federal. Enquanto isso, 200 mil passageiros são forçados, diariamente, a se utilizar de ônibus depredados.

A profunda corrupção dominante nos governos Lula e Dilma abriu um fosso que separa as conquistas alardeadas pelos governos e a dura experiência diária de grande maioria do povo brasileiro. Distância semelhante existe referente aos gastos para a preservação da floresta amazônica, das terras indígenas e dos fundos direcionados aos programas antipobreza: representantes corruptos do PT desviam fundos para financiar suas campanhas eleitorais ao invés de empregá-los para o combate à destruição do meio ambiente e à redução da pobreza.

Se a riqueza proveniente do *boom* no modelo extrativista agro-mineral se “espalhou” para o resto da economia e aumentou os salários, isto aconteceu de maneira extremamente irregular, desigual e distorcida. A grande riqueza concentrada no topo encontrou expressão em uma espécie de novo sistema de castas, no qual o transporte privado (helicópteros e helipontos), clínicas e escolas particulares, áreas de lazer e exércitos de segurança privada para os ricos e prósperos foram financiados pelos subsídios garantidos pelo Estado. Em contraste, as massas experimentaram um acentuado declínio relativo e absoluto dos serviços públicos nas mesmas áreas essenciais da sobrevivência.

E ainda: o aumento do salário mínimo não compensou o longo tempo de espera em salas de emergência de hospitais públicos, o transporte público lotado e irregular, as ameaças e a falta de segurança pessoais (quase 50 mil homicídios apenas no ano de 2012) (BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY, s/d). Pais que recebem a doação antipobreza mandam seus filhos para escolas decadentes onde professores mal remunerados são jogados de uma escola

18 Idem.

para outra, mal conhecendo seus estudantes e proporcionando experiências pífiyas de aprendizado.

A maior indignidade para aqueles que recebem as bolsas para subsistência é serem informados de que, nesta sociedade de castas, eles constituem a “classe média”; que eles fazem parte de uma grande transformação social que retirou 40 milhões de pessoas da pobreza, enquanto eles vão para casa depois de horas de engarrafamentos, voltando de trabalhos cujo salário mensal é o equivalente a uma partida de tênis em um *country club* classe A.

Evidentemente, a economia extrativista agromineral acentuou todas as desigualdades socioeconômicas do Brasil, e os governos de Lula e Dilma destacaram estas diferenças ao aumentar as expectativas, apregoando suas realizações e, depois, ignorando os reais impactos sociais na vida diária. As alocações de grandes verbas orçamentárias do governo para o transporte público e as promessas de projetos de novas linhas de trens e metrôs têm sido adiadas por décadas de corrupção ininterrupta e em larga escala. Bilhões de reais gastos através dos anos renderam resultados mínimos, apenas alguns quilômetros concluídos. Como resultado, o fosso entre as projeções otimistas do governo e a frustração da população aumentou grandemente. A distância entre a promessa populista e o crescente fosso que separa as classes não pode ser diminuída por loterias de sindicatos ou almoços VIPs, especialmente para toda uma geração de jovens trabalhadores que não estão ligados a antigas memórias de Lula, o “metalúrgico”, de mais de um quarto de século.

A CUT, a Força Sindical e o Partido dos Trabalhadores são irrelevantes ou até mesmo percebidos como parte do sistema de corrupção, estagnação social e privilégio. Conforme observado, a característica mais marcante da nova onda de protestos de classes é a separação geracional e organizacional: antigos metalúrgicos estavam ausentes; jovens trabalhadores não organizados estão presentes. Organizações locais espontâneas substituem os sindicatos cooptados. O ponto de confronto são as ruas, não os locais de trabalho. Desse modo, as demandas vão muito além de questões monetárias e salários; os problemas são sociais, padrões de vida, orçamentos nacionais. Enfim, os novos movimentos sociais

levantam a questão das prioridades da classe nacional. O governo está desapropriando centenas de milhares de moradores de favelas – um expurgo social – para construir complexos esportivos e acomodações de luxo. Questões sociais alimentam os movimentos de massa. Sua independência organizacional e sua autonomia destacam o grande desafio de todo o modelo extrativista neoliberal, ainda que nenhuma organização ou liderança nacional tenha surgido para elaborar uma alternativa a partir destes movimentos.

Ainda assim, a luta continua. Os mecanismos tradicionais de cooptação fracassam porque não há líderes identificáveis para serem comprados. O governo, enfrentando o declínio dos preços das *commodities* e dos mercados exportadores, profundamente comprometido com os investimentos multibilionários, não produtivos, nos Jogos Olímpicos, tem poucas alternativas. Há muito tempo, o PT perdeu sua vanguarda antissistêmica. Seus políticos estão ligados e são financiados por bancos e elites agromineradoras. Os líderes sindicais protegem seus feudos, suas deduções automáticas de impostos e suas remunerações. Portanto, os movimentos de massa de cidades como as comunidades indígenas da Amazônia terão de encontrar novos instrumentos políticos. Contudo, ao tomar o caminho da “ação direta”, eles já deram um grande e importante primeiro passo.

Tradução: Camila Alves da Costa

REFERÊNCIAS

BRAZILIAN FORUM ON PUBLIC SAFETY. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

EVANS, P. **Dependent Development**: The Alliance of Multinational State and Local Capital in Brazil. Nova Jersey: Princeton University Press, 1979.

FERNANDES, B. M.; CLEMENTS, E. A. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. **Agrarian South**, v.2, n.1, p. 41-69, abr. 2013.

KINGSTONE, P. **Brazil 's Reliance on Commodity Exports threatens its Medium and Long Term Growth Prospects.**

2012 [s/l]. Disponível em <<http://www.americasquarterly.org/icingstone>>. Acesso em: 22 jul. 2013.

PETRAS, J. **Brasil e Lula** – Ano Zero. Blumenau: EdiFurb, 2005.

_____. **Latin America from Dependence to Revolution.**

Nova York: John Wiley, 1973.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. **Cardoso's Brazil: A land for Sale.**

Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.

RAMBLA, J. M. **La agonía de los pueblos indígenas, buera de la agenda reivindicativa de Brasil.** 2013 [s/l] Disponível em:

<rebellion.org/notice>. Acesso em: 14 jul. 2013.

VSITC EXECUTIVE BRIEFING ON TRADE. **Brazil's Surging Foreign Investment: A Blessing or Curse?** out. 2012 [s/l].

ZIBECHI, R. El fin del consenso lulista. **Rebellion**, 7 de julho de 2013.